

Carta aos candidatos a governador do Estado do Paraná

Tendo em vista os anseios da população e a necessidade de que a próxima gestão priorize os assuntos relacionados à saúde pública, nós, servidores da saúde filiados ao SindSaúde-PR, apresentamos nossa pauta de reivindicações pela melhoria da saúde pública do Estado e em favor da valorização dos servidores do setor.

O cenário da saúde é bastante preocupante. As unidades próprias da Secretaria do Estado de Saúde precisam de modernização e melhoria das condições de trabalho. Destaca-se que, das 22 Regionais de Saúde, apenas oito são prédios cuja propriedade é do Estado. A maioria das 16 unidades locadas é inadequada, com instalações improvisadas. Além disso, são elevadíssimos os valores dos alugueis. Em situação semelhante encontram-se a Rede Estadual de Sangue, composta por mais de 20 unidades, carece de melhorias na infraestrutura e precisa – urgentemente – de revisão nas parcerias feitas com os consórcios intermunicipais de saúde.

Os consórcios têm elevado algumas pessoas sem capacidade técnica, sem conhecimento especializado a gerir os hemonúcleos e hemocentros. Fato que incide negativamente no desempenho desse setor vital para a saúde.

A rede de hospitais é outra ferida da gestão pública. Faltam equipamentos e estrutura física, tornando inviável o fluxo de trabalho. O resultado é que grande parte das unidades hospitalares da Sesa tem leitos não disponibilizados à população.

Dos 81 leitos do Centro de Reabilitação, em Curitiba, apenas 25 estão em funcionamento. Na região Sudoeste, o Hospital Regional tem capacidade para 149 leitos. E no mínimo 40 estão fechados. Em Campo Largo, o Hospital Infantil Waldemar Monastier tem cerca de 70 leitos que não estão à disposição da população.

Em Pinhais, o Hospital Aduino Botelho - que é referência em saúde mental para todo Estado - mantém 89 leitos ativos, quando a capacidade instalada é para 160 leitos. Em Ponta Grossa, o Hospital Universitário Regional dos Campos Gerais tem mais de 60 leitos fechados. Esses números mostram que houve um descaso em potencializar e investir nos equipamentos públicos da área de assistência hospitalar.

Além disso, o núcleo da saúde pública, que é a Vigilância em Saúde, está em estado de absoluta inanição. Esse é um setor bastante esquecido apesar de nele estar o maior e mais completo laboratório do Estado, o Lacen.

Na raiz de cada um dos problemas setoriais da área de saúde podemos dizer que transparece o problema da falta de financiamento. A saúde no Paraná nunca teve o aporte de recursos de 12% como determina a emenda a CF nº 29, de setembro de 2000, mais recentemente regulamentada pela lei complementar nº 141/12.

Em nossa avaliação, o atual governo – ao invés de aprimorar a gestão e aumentar o financiamento para o setor – decidiu privatizar a saúde, criando a FUNEAS. Na vala do entreguismo não faltam exemplos de que repassar a gestão a entidades de caráter privado tem como consequência o aumento dos desvios de recursos públicos e, com isso, piora o atendimento à população, cabendo à administração pública reassumir e arcar com os ônus dos custos que restarem após o repasse.

Nessa terra de enormes tropeços, a falta de equipes completas nas unidades próprias da Sesa é um quadro que assombra. Se compararmos outros estados com população semelhante ao do Paraná versus número de servidores, concluímos que a Secretaria Estadual de Saúde tem um quadro de profissionais muito abaixo da média dos outros estados. A falta de equipes completas gera distorções graves e aumenta os problemas na área de gestão do trabalho.

Só para exemplificar - À medida que na jornada de trabalho um servidor tem de realizar tarefa de três a quatro profissionais, o desgaste provoca adoecimento. O adoecimento gera licença para tratamento de saúde. Com as licenças, aumenta a dificuldade em fechar a escala e os que ficam no trabalho são mais sobrecarregados, o que causa mais adoecimento. Um ciclo vicioso.

Crítério político partidário para nomear chefias é outra grave patologia na Sesa. Parte cobra do servidor motivação, interesse, pontualidade, assiduidade. Mas não dá o exemplo, pois não cumpre nenhum desses requisitos enquanto ocupante de cargo em comissão. Muitos também não conhecem as especificidades da saúde pública. Vigilância epidemiológica, surto, endemia, epidemia, pandemia, lei orgânica da saúde, princípios do SUS não fazem parte do vocabulário de grande parte dos gestores sem história na saúde.

Diante dessa barbárie, a população sofre ao buscar seu direito à saúde pública. Um direito humano primordial. E nós, trabalhadores, queremos atender com toda condição para buscar realizar qualquer ação que garanta a qualidade de vida aos usuários do SUS. Mas as barreiras são grandes como é grande nossa pauta de reivindicação:

- 1- Incorporação da Gratificação de Atividade em Saúde,
- 2- Regulamentação da jornada de trabalho de no máximo 30 horas semanais, respeitando as leis federais com jornadas iguais ou menores.
- 3 - Regulamentação da Aposentadoria Especial, garantindo paridade e integralidade dos proventos.
- 4 - Enquadramento correto das atendentes de enfermagem como auxiliar ou técnico de enfermagem.
- 5 - Alterações na lei nº 18.136/14, que institui o QPSS - Quadro Próprio dos Servidores da Saúde - de forma a valorizar a qualificação dos funcionários.
- 6 - Reajuste para os aposentados de forma que tenham seus proventos corrigidos.
- 7 - Realização de concurso público e urgência nas nomeações.
- 8 - Revisão dos procedimentos da avaliação e conduta da perícia médica.
- 9 - Mais recursos para as unidades próprias da Sesa. Auditoria nos contratos e convênios.
- 10 - Pela revogação da lei 17.956/2014 que criou a Funeas.

11 - Investimentos nas unidades para melhorar condição de trabalho e atendimento a população.

Não há promessas que se sustentam indefinidamente. As ações concretas de recuperação das atribuições da Secretaria Estadual de Saúde, o necessário investimento financeiro na saúde pública, o resgate da missão das unidades próprias E o respeito ao profissional de saúde precisa ser feito com urgência.

Exterminar com a compra de serviço privado ou filantrópico é o único modo de se fazer saúde pública – em que o objetivo maior e único é cuidar da vida. Chega de ficar à mercê das chantagens de prestadores que entendem saúde como espaço de lucro, de aumento do patrimônio.

Apesar de termos conseguido garantir a aprovação do nosso plano de carreira, após forte greve, prevalece na Sesa o desenvolvimento de uma política de Recursos Humanos que é a de penalizar o servidor. Sabemos que a moderna política de gestão do trabalho deve ser marcada por uma concepção de valorização, de desenvolvimento de ações para promover a motivação e a satisfação.

Independente do candidato que será eleito, a certeza é a de que a brava gente da saúde estará presente e atuante em busca de valorização e em defesa da saúde pública. É fundamental que quem pretende governar o Estado tenha em mente a dimensão desse desafio. A grave situação da Sesa obriga que a próxima gestão mude a forma de atuar.

SindSaúde-PR